

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O estudo recentemente apresentado pela Direção Executiva do Serviço Nacional de Saúde (SNS) sobre a viabilidade da integração do Hospital Arcebispo João Crisóstomo e do Hospital Rovisco Pais no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC) tem merecido reações de desagrado e contestação por parte das populações e também por parte do executivo camarário de Cantanhede.

Na tomada de posição da autarquia afirma-se ser incompreensível que, em nome da eficácia de gestão, não tenha sido considerado um cenário dotando as duas instituições da necessária autonomia administrativa e financeira (até à luz do facto de terem vindo a apresentar resultados operacionais positivos) e que não seja garantido, desde já, um serviço no Hospital Arcebispo João Crisóstomo de resposta para situações agudas não programadas e a urgências, conforme compromisso assumido em protocolo celebrado em 2007 entre o Município e o Ministério da Saúde, rejeitando-se que a existência de tal serviço esteja condicionada aos poderes do Conselho de Administração do CHUC, conforme é preconizado no estudo da Direção Executiva do SNS.

Para o Bloco de Esquerda, a solução advogada pela Direção Executiva do SNS é incompreensível e não deve ser posta em prática.

É bem sabido que a criação do CHUC, iniciada em 2011, não resultou na formação de um centro hospitalar constituído por vários polos com funcionamento em rede numa lógica da criação de complementaridades, mas sim à unificação numa gestão única, centralista e incapaz de promover o desenvolvimento desses polos. Tudo sem qualquer planeamento estratégico, sem apresentação/divulgação/discussão pública das sucessivas alterações introduzidas, num secretismo intolerável para uma instituição pública com esta responsabilidade social. Em termos muito concretos, o CHUC significou uma completa desqualificação/quase inativação do Hospital dos Covões (antes um Hospital Central com múltiplas especialidades) e do Hospital Sobral Cid (Hospital Psiquiátrico) e a perda de autonomia gestonária no Hospital Pediátrico e nas duas maternidades de Coimbra.

Ora, estes antecedentes dão razão aos receios e à contestação das populações de Cantanhede agora colocadas perante o cenário de integração de mais dois polos nesta estrutura disfuncional que não divulga quais os progressos nos resultados assistenciais, seja em acesso, seja em cobertura das necessidades em saúde, sejam financeiros, como resultado deste amalgamento de instituições e serviços.

O que se exige é antes, como propõe o município de Cantanhede, a alteração do número de camas a reativar no Internamento de Medicina Interna, de 7 para, no mínimo, 20 camas, bem como o reforço da cirurgia de ambulatório nas diferentes especialidades, da atividade da Consulta Externa, MCDT s e hospital de dia e o reforço e revitalização do Hospital Rovisco Pais enquanto unidade de referência nacional na área da medicina física e de reabilitação, bem como a requalificação dos edifícios do Hospital Arcebispo João Crisóstomo e do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro – Hospital Rovisco Pais.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Saúde, as seguintes perguntas:

1. Qual a razão da fusão entre as valências do Hospital Arcebispo João Crisóstomo e do Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro – Hospital Rovisco Pais com o CHUC? Está a mesma fundamentada em estudos técnicos que preveem ganhos de saúde consideráveis?
2. Terá a transformação dessas unidades em extensões dos serviços de medicina interna e reabilitação o objetivo de aliviar a carga da dificuldade de vagas para cuidados continuados na rede?
3. A concretizar-se a fusão, quais serão os impactos sobre a resposta atual do Hospital Arcebispo João Crisóstomo em áreas como a patologia do sono e ortopedia que obedece a critérios de proximidade e resolução mais célere. desses serviços? Os doentes serão englobados na lista de espera do CHUC?
4. No Hospital Arcebispo João Crisóstomo existe uma resposta integrada com os Centros de Saúde (CSP) do concelho, atendendo aos pedidos de exames de imagem, exames respiratórios (espirometria) e alguns exames não comparticipados nos CSP, como o estudo MAPA. Com a integração no CHUC, essa resposta integrada será mantida? Os médicos dos CSP serão obrigados, tal como agora já fazem na área de influência do CHUC, a ignorar o Despacho n.º 10430/2011, que impede esses pedidos?
5. No Hospital Arcebispo João Crisóstomo há uma Viatura de Suporte Imediato de Vida (SIV) disponível, mas não está integrada na resposta em rede de um Serviço de Urgência Básica previsto pelo Despacho n.º 10319/2014. Existe um plano de reestruturação dos serviços prestados no hospital para integrar essa viatura essencial ao socorro das populações num Serviço de Urgência Básica?

Palácio de São Bento, 26 de maio de 2023

Deputado(a)s

CATARINA MARTINS(BE)